

Candidatos ao Senado só respeitam as reformas com autonomia do Legislativo

Nenhuma reforma política terá sentido sem que seja, antes, restabelecida integralmente a autonomia do Poder Legislativo, concluíram ontem, num debate na Assembléia Legislativa, quatro dos seis candidatos a senadores do Rio de Janeiro.

Os Srs Raphael de Almeida Magalhães e Sandra Cavalcanti, arenistas, e Nélson Carneiro e Benjamim Farah, emedebistas, comentaram também a fusão dos antigos Estados do Rio e da Guanabara, concluindo que ela era inevitável, mas condenaram a forma "ditatorial" como foi decidida e executada.

RESTAURAÇÃO DE PODERES

Todos os candidatos ao Senado pelo voto direto foram convidados pelo Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, mas os Srs Ario Teodoro (MDB) e Vasconcelos Torres (Arena) não compareceram ao debate, ontem à tarde.

Um dos pontos básicos da reforma política que se processará no próximo Governo será a reestruturação dos Partidos. O Sr Raphael de Almeida Magalhães declarou-se contra a limitação do número de representações, frisando apenas que um número não muito grande facilitará o processo de decisões. Ressaltou que os Partidos devem exprimir todas as tendências da sociedade, permitindo a todos "voltar ao hábito de pensar livremente".

O Sr Benjamim Farah mostrou-se a favor da criação de mais dois Partidos além da Arena e do MDB: o Trabalhista e o Municipalista. No caso de extinção dos dois Partidos atuais, sugeriu a limitação dos novos Partidos ao número de cinco: um conservador, um cristão-democrata, um municipalista, um trabalhista e um "socialista com as cores verde e amarelo". Mas a Deputada Sandra Cavalcanti, apoiada pelo Senador Nélson Carneiro, disse que nenhuma reforma terá sentido "sem a restauração dos poderes do Poder Legislativo".

— Só mesmo sendo parlamentar para sentir a nossa humilhação. Aqui mesmo no Rio, em todo este Governo, o Legislativo só conseguiu três vetos a decisões do Governador Faria Lima, que legislou o tempo todo

— disse a Deputada Estadual. O Senador Nélson Carneiro afirmou que tudo depende da reforma de Constituição, devolvendo a dignidade do Legislativo. "Todas as nações desenvolvidas" — argumentou — "têm Executivos fortes, mas não ditatoriais".

FUSÃO

O Sr Raphael de Almeida Magalhães, comentando a fusão, reconheceu que ela era inevitável, para permitir o surgimento de um segundo pólo de grande desenvolvimento no país e evitar a concentração industrial em São Paulo. "Mas foi um projeto ditatorial, que não permitiu uma maior integração política".

O Senador Nélson Carneiro, citando a sabedoria inglesa, disse que "não adianta chorar o leite derramado porque o leiteiro já colocou bastante água nele", para argumentar que "não adianta saber se a fusão valeu à pena ou não, e sim, que é necessária uma melhor distribuição de renda interna e maior integração política", no que contou com a concordância do Senador Benjamin Farah.

A Deputada Sandra Cavalcanti também acha que a fusão era inevitável e que há necessidade de melhor distribuição dos recursos, mas considera que o maior problema foi a escolha do executor. "O Almirante Faria Lima é um homem de altas virtudes, decente, honesto, trabalhador, mas não estava à altura do cargo, que exigia uma pessoa politicamente mais experiente. A fusão foi acertada, mas a escolha do seu executor foi desastrosa".